

## Para a Avaliação da Pós-Graduação em Ciências Sociais \*

Fábio Wanderley Reis

Este texto não pretende ser nem um relato factual nem um depoimento pessoal a respeito da pós-graduação. Além disso, não estará referido a uma disciplina particular, embora tenha uma espécie de "lastro" mais direto nos centros ou programas que conheço melhor. O que procuro fazer é antes uma reflexão ainda preliminar sobre certos aspectos do quadro atual da pós-graduação em ciências sociais no país que foram objeto de discussão nos encontros mantidos pela Comissão de Pós-Graduação ao longo de 1987.

Como em documento anterior, porém, começo com um breve relato que diz respeito à *graduação* em ciências sociais. No início de 1985, como se sabe, a Secretaria de Ensino Superior — SESu do Ministério da Educação e Cultura — MEC, comandada durante alguns meses por Hélio Barros, decidiu empreender uma tentativa de ava-

liação do ensino de graduação que pudesse pretender duplicar, de alguma forma, o relativo êxito do sistema de avaliação dos programas de pós-graduação implantado na Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior — CAPES. A equipe convidada a encarregar-se da avaliação na área de ciências sociais defrontou-se, ao reunir-se em Brasília, com uma tarefa pré-definida pela SESu em termos bem específicos, os quais envolviam antes de mais nada o processamento de dados quantitativos constantes de volumosos *printouts*. Tais dados se referiam a aspectos como a qualificação e o regime de trabalho dos docentes ligados aos diferentes cursos, à relação professor/aluno, à dimensão do corpo discente, à relação entre o número de candidatos em primeira opção no vestibular e o número de vagas oferecidas, à menor ou maior flexibilidade da

\* O presente texto foi elaborado, em sua versão inicial, em novembro de 1987, como parte das atividades da Comissão de Pós-Graduação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais — ANPOCS, da qual o autor era membro. Por sugestão de Sérgio Miceli, programou-se sua discussão em sessão dedicada à pós-graduação do Encontro Anual da ANPOCS de outubro de 1988, discussão esta que, contudo, terminou por não poder realizar-se. Algumas partes do texto foram utilizadas em relatório da Comissão que se divulgou posteriormente em edição mimeografada. Sua publicação integral parece oportuna como contribuição ao debate dos problemas da pós-graduação em ciências sociais no país.

O autor agradece aos demais membros da Comissão de Pós-Graduação, Alice Rangel de Paiva Abreu, Josefa Salete Barbosa Cavalcanti e Roberto Cardoso de Oliveira, sem pretender compartilhar com eles a responsabilidade pelo que se diz no texto.

estrutura curricular formal, etc. Rapidamente, porém, criou-se consenso entre os membros da equipe em torno da idéia de que a ênfase exclusiva ou excessiva nesses aspectos (independentemente da confiabilidade dos dados disponíveis, reconhecidamente precária) levaria a desvirtuar o esforço de obter um diagnóstico adequado da graduação em ciências sociais. A razão era a de que os cursos de graduação em ciências sociais passavam, na opinião dos membros da equipe, por uma crise cuja natureza tornava irrelevantes muitos dos dados quantitativos convencionais que o pessoal da SESu pudera reunir; ela teria a ver com um clima geral de *desmoralização* a manifestar-se em coisas tais como o absenteísmo por parte dos estudantes (e muitas vezes dos professores), a não observância de horários, a inexistência de quaisquer exigências mais severas ou de procedimentos apropriados e minimamente rigorosos de aferição de rendimento, etc. A situação existente poderia ser resumida na idéia de uma espécie de pacto corrupto a vigorar entre professores e estudantes, no qual se sacrificariam os aspectos essenciais do processo pedagógico autêntico, voltado para a transmissão real de conhecimentos e para o treinamento para a pesquisa ou o exercício profissional, substituindo-o por uma prática ritualística em que se assegurariam, sem muito trabalho de parte a parte, o salário do professor e o diploma do aluno. Pouco tempo depois, esse mesmo diagnóstico foi apresentado e professores e estudantes de todo o país em mesa redonda dedicada ao ensino de graduação em ciências sociais que teve lugar na reunião da SBPC de julho de 1985 — sem que uma só voz se levantasse para discordar dele.

As discussões ocorridas na atual Comissão de Pós-Graduação — CPG, da ANPOCS giraram em boa medida em torno da impressão de que corremos o risco de que desmoralização semelhante comece a aposar-se também dos programas de pós-graduação, e a intenção inicial da comissão era a de realizar (ou promover) uma pesquisa exploratória orientada por essa preocupação e conduzida com recurso a procedimentos adequados à natureza do problema. A CPG produziu recentemente, em gestão anterior, um útil e extenso relatório dirigido a problemas como a política estatal para a pós-graduação e as dificuldades da institucionalização da pós-graduação no âmbito da própria ANPOCS, relatório este

que se faz acompanhar de ampla bateria de dados quantitativos com respeito a aspectos diversos da atuação dos programas de pós-graduação. Parecia duvidoso, assim, que valesse a pena insistir, no momento, numa linha de trabalho análoga, mesmo se não houvesse razões para a preocupação acarretada pela “impressão” acima indicada. Por contraste, os indícios que parecem justificar essa impressão recomendariam com força que se procure aquilatá-la adequadamente.

Percebeu-se mais tarde que seria inviável empreender propriamente a pesquisa imaginada, sobretudo diante da reduzida disponibilidade dos membros da CPG, dois dos quais tiveram mesmo que viajar para o exterior por períodos mais ou menos longos. Não obstante, a comissão entendeu ser de interesse procurar apresentar uma reflexão algo mais elaborada sobre os indícios da crise e as razões que parecem associar-se com ela, de forma a eventualmente propiciar um ponto de partida mais avançado para o posterior encaminhamento do assunto no âmbito da ANPOCS.

\* \* \*

A observação básica envolvida diz respeito a certo desalento que vem aparentemente tomando muitos dos especialistas ligados aos centros de pós-graduação em ciências sociais, com reflexos na dinâmica desses centros. Tal desalento estaria vinculado a um conjunto variado de fatores, os quais, contudo, afetariam diferencialmente os diversos centros existentes de acordo com diferentes características por eles exibidas, possibilitando que se venha eventualmente a distinguir pelo menos certo número de “perfis” relativamente ao problema básico em questão. Eis alguns dos fatores e variáveis discutidos, que se procurará considerar adiante em algumas de suas muitas interconexões: (1) o contexto político nacional, particularmente a transição do autoritarismo à Nova República e a dinâmica posterior desta; (2) o contexto particular da vida universitária brasileira e sua dinâmica recente; (3) o problema geracional e das relações intergeracionais no interior dos centros ou programas; (4) as “fases” da vida de cada programa; (5) as disciplinas (Sociologia, Ciência Política, Antropologia) envolvidas nos diferentes programas; (6) o caráter mais ou menos “puro” ou “misto” (heterogêneo) do pro-

grama ou centro quanto ao envolvimento em atividades de ensino pós-graduado e graduado e de pesquisa; (7) o funcionamento da pós-graduação em nível apenas de mestrado ou também de doutorado; (8) a distribuição ou localização regional dos programas; (9) o grau de conflito ou coesão internos e sua articulação com alguns dos aspectos anteriores; (10) o problema financeiro, sua associação com salários e com incertezas institucionais.

O aspecto mais saliente da crise diagnosticada é provavelmente uma consequência direta das mudanças políticas pelas quais o país vem passando recentemente. Em primeiro lugar, o fim do regime autoritário e a inauguração da Nova República. Como já vinha ocorrendo anteriormente em alguns estados como decorrência das eleições para governadores, tais eventos acarretaram que muitos profissionais das ciências sociais que compõem os quadros dos programas de pós-graduação se vissem atraídos pela oportunidade de ocupar cargos na administração pública ou de desenvolver trabalhos de assessoria, ou mesmo, em certos casos, pela perspectiva de uma carreira política — com a consequência de que a atividade voltada para a pesquisa e o ensino pós-graduado nos programas de ciências sociais se tornou uma atividade menos central e absorvente para eles.

O caso mais numeroso é certamente o dos que se vêem seduzidos por cargos na administração pública ou por funções de assessoria de autoridades públicas. A parte *motivações mais estritamente de interesse próprio* (remunerações atraentes, ampliação ou diversificação de perspectivas de carreira pessoal), é compreensível que o clima eufórico de transição à democracia e de chamamento à construção de um país novo resultasse sedutor. Afinal, tratava-se, em muitos casos, de colocar em prática os conhecimentos adquiridos ou produzidos na atividade acadêmica, de ajudar a dar solução a problemas que correspondiam a temas de estudo de muitos anos — e de participar do empreendimento coletivo que tinha um lastro sócio-psicológico singular em eventos como a mobilização entusiástica das campanhas pelas eleições diretas. A tais casos se somam os de outros que se viram atraídos, especialmente nas últimas eleições para a assembleia constituinte, pela possibilidade de reproduzir o modelo de carreira que Fernando Henrique Cardoso veio a personificar num momento ainda precoce

do processo de transição: o de *doublê* de cientista social e líder político com bases próprias, conquistadas através da disputa direta de cargos eleitorais. Embora tais casos de candidaturas a cargos eleitorais sejam menos numerosos, tiveram por vezes a consequência de que os centros ou programas a que os candidatos se encontravam vinculados se envolvessem intensamente nas respectivas campanhas.

Qualquer que seja a importância intrínseca ou a relevância social e política da contribuição que venha a resultar desse maior envolvimento político-administrativo de nossos cientistas sociais, parece bastante claro que as consequências para os próprios centros e programas não podem ser, feitas as contas, senão predominantemente negativas. Ele redundará, antes de mais nada, na menor presença dos profissionais em questão nas atividades acadêmicas dos centros. Ainda quando não haja o desligamento total, como ocorre às vezes, ele acarreta quase sempre a opção por algum regime de tempo parcial, usualmente com responsabilidades limitadas a ministrar cursos. Se isso contribui por si mesmo para tornar mais rarefeita a atmosfera intelectual dos centros, com consequente desestímulo mesmo para os que optam por continuar dedicando-se exclusiva ou centralmente à atividade acadêmica, tal desestímulo provavelmente se agrava pelo efeito psicológico difuso do confronto entre o ramerrão geralmente modesto e opaco do cotidiano da vida acadêmica e certo "charme" e notoriedade que cerca, às vezes, o desempenho de cargos públicos e políticos.

Vale a pena notar que os efeitos problemáticos apontados se dão também nos centros não voltados para o ensino, mas apenas para atividades de pesquisa e consultoria. Em certos casos, tais centros têm sua própria história, motivação e identidade condicionadas de maneira relevante pela inserção no contexto politicamente autoritário representado pelo regime de 1964, e se vêem agora diante da necessidade de redefinições importantes. Em outros, o envolvimento político ou partidário se dá de maneira *mais marcada, com, por exemplo, numerosas candidaturas a postos eletivos, ou candidatura de lideranças institucionais importantes*. Apesar de não se tratar, em tais casos, de programas de pós-graduação, alguns desses centros têm contribuição importante na conformação da dinâmica das ciências sociais no país, de sorte que

os efeitos de seu envolvimento político não pode deixar de afetar o clima geral em que aqueles programas atuam.

Mas no processo político geral de que aqui se trata há um outro tipo de efeito também relevante para as ciências sociais no país (e a pós-graduação como caso particular), apesar de representar, em certa ótica, uma espécie de contraface dos aspectos até agora destacados. Refiro-me a um efeito desalentador que resultaria já das frustrações decorrentes da própria dinâmica da Nova República, efeito este que se daria em dois planos. Em primeiro lugar, o de um desalento difuso associado com a rotinização e desmistificação das tarefas de construção da democracia e do país novo — e posteriormente já com a deterioração, propriamente, da Nova República e com o quadro de crise generalizada que vem a criar-se. Cabe assinalar, a respeito, que a vigência do autoritarismo produziu, de maneira talvez perversa, um ambiente propício às ciências sociais, não só trazendo certo sentido de relevância e urgência a muitas das atividades de pesquisa e reflexão acadêmica de alguma forma a ele referidas, mas também favorecendo a convergência e a efervescência intelectual nos restritos espaços de debate que os centros dedicados às ciências sociais vieram a representar. Se o primeiro momento da transição, o da instalação inicial de um novo regime, já redonda no solapamento de algumas dessas condições, a fugacidade do “entusiasmo coletivo” que o acompanha e o refluxo conseqüente concorrem para compor o panorama de desânimo e crise que aqui se aponta. Em segundo lugar, o efeito de desalento se faz sentir pessoalmente de maneira talvez especial sobre aqueles profissionais que, tendo se envolvido mais intensamente com o exercício de cargos públicos ou com candidaturas a postos eletivos, tiveram posteriormente que retornar, demitidos ou eleitoralmente derrotados, às atividades acadêmicas. Em muitos casos, parece bastante claro que tal retorno se dá em precárias condições de motivação.

Como acima indicado, não se supõe que esse diagnóstico tateante se aplique igualmente a todos os centros ou programas, e uma das indagações de interesse tem a ver precisamente com os fatores ou variáveis que podem associar-se com a diferente intensidade com que venha a aplicar-se nos vários casos, ou mesmo com o fato de *não* se aplicar em dados casos — o que resul-

taria no estabelecimento dos “perfis” anteriormente mencionados. Uma variável de importância óbvia é, naturalmente, a que corresponde à disciplina específica em que se concentra o programa (Ciência Política, Sociologia, Antropologia). Parece claro que os aspectos relativos ao contexto político até aqui salientados provavelmente afetarão em menor medida os programas dedicados exclusiva ou predominantemente à Antropologia do que à Ciência Política ou mesmo à Sociologia, pela natureza mesma dos temas de que tende a ocupar-se cada uma delas. Mas assinala-se de passagem que a própria voga de diferentes temas no interior de cada disciplina tende naturalmente a sofrer influência importante do contexto político, e a Antropologia brasileira recente esteve claramente voltada, em alguns de seus trabalhos de maior ressonância, para temas ligados de alguma forma ao autoritarismo político — tratando, por exemplo, de apontar o seu substrato em planos mais “profundos” da realidade brasileira, ou registrando etnograficamente o impacto e o desdobramento social de certas políticas do regime autoritário.

Mas, no que diz respeito às diversas facetas ou matizes que o problema geral (e particularmente o diagnóstico de crise aqui esboçado) pode apresentar, parece especialmente importante uma proposição: a de que os fatores contextuais acima considerados se articulam com um problema *geracional*, o qual se mostra relevante de mais de uma forma.

Em primeiro lugar, os efeitos das oportunidades de exercer cargos públicos de administração ou assessoria (e talvez, embora provavelmente em menor grau, também de projetar-se da atividade profissional para uma carreira político-eleitoral) se fazem sentir diferencialmente nas diversas faixas de idade e/ou maturidade profissional: tais oportunidades existem sobretudo para a faixa mais “senior”. Se isso, é verdade, o problema da diminuição do compromisso com os centros de pós-graduação e da rarefação de sua atmosfera intelectual se compõe, aberta ou latentemente, com um problema de “mudança de mãos” ou de transferência intergeracional do comando das instituições e com desafios e incertezas que decorreriam dele. Do ponto de vista dessas instituições, o problema em jogo não seria, assim, apenas a questão psicológica por si mesma de maior ou menor ânimo ou alento que se salientou acima, mas encer-

raria também a importante questão da existência mais ou menos efetiva de liderança intelectual e de sua possível renovação ou deterioração — com suas seqüelas de toda ordem sobre o plano administrativo, o moral das instituições e o nível das relações interpessoais e seu caráter de maior ou menor coesão. Algumas facetas das questões que aqui se situam dizem respeito e até que ponto os centros ou programas souberam assegurar, em seu desenvolvimento, condições para que lideranças que se tornem menos motivadas academicamente (ou talvez menos motivadas para o continuado esforço de *institution-building* e de renovação institucional necessário) possam ser substituídas, sem maiores traumas, por outras mais motivadas — e, naturalmente, pelo menos igualmente qualificadas. Uma eventualidade pouco favorável a respeito é a de que lideranças talvez menos motivadas, mas “carismáticas”, mantenham um difuso poder de veto capaz de embaraçar possíveis esforços renovadores. Outra faceta, que se coloca presentemente de maneira bastante explícita para alguns de nossos centros de maior tradição, é a de que política “geracional” adotar nos esforços de renovação: seria o caso de optar por pessoal “senior”, que trará provavelmente uma contribuição imediata de maior peso, mas cuja assimilação efetiva será talvez mais problemática, ou seria preferível optar por pessoal “junior” — com o risco de que talvez se assimilem bem demais, comprometendo o objetivo de renovação? Como é bem claro, subjacente a questões dessa natureza se encontra com freqüência a questão de quem — que indivíduos, correntes ou grupos — detém o poder na instituição.

Em segundo lugar, há programas que não apenas são de criação mais recente, mas também se apóiam em maior medida em profissionais mais jovens. Se tais características, por si mesmas, permitem talvez presumir que aí se encontrará maior impulso ou *élan*, tais programas estariam também provavelmente mais protegidos contra os efeitos perturbadores das mudanças no contexto político nacional em razão das diferenças nas oportunidades que este oferece às diversas faixas de idade. Além disso, estariam também relativamente resguardados dos efeitos corrosivos que podem eventualmente associar-se, pelas razões recém-indicadas, ao vazio ocasional de liderança ou a sua contestação e busca de renovação. Mas, precisamente porque se trata de programas mais recentes e de gente mais

jovem, cabe presumir também que são programas nos quais a qualidade das atividades de ensino e pesquisa essenciais à pós-graduação é em princípio menos apurada. Na verdade, tais programas se encontrarão, via de regra, a reboque da liderança exercida por aqueles que contam com maior experiência e maturidade, e em muitos casos se tratará mesmo de programas cujo pessoal terá sido formado, no todo ou em parte, naqueles de maior tradição. (Aliás, é possível falar, em conexão com isso, de certo aspecto psicanalítico e edipiano nas relações entre programas existentes, nas quais a necessidade de afirmação de uma identidade profissional própria diante dos “pais” intelectuais às vezes dificulta a colaboração, ou mesmo a possível integração, e com isso impede a potencialização de recursos humanos e intelectuais escassos).

De qualquer forma, se o objetivo maior é o de assegurar a qualidade da pós-graduação em geral, não cabe esperar que os diversos programas simplesmente se substituam uns aos outros na obtenção de níveis satisfatórios de motivação e desempenho em determinada fase de suas vidas, mas o problema é antes o de garantir a *consolidação* das instituições em níveis adequados de qualidade. Isso torna central, naturalmente, o desafio de criar condições para a *preservação* do dinamismo de determinada instituição uma vez que tal dinamismo tenha sido alcançado, o que parece redundar no desafio de se fazer do trabalho na área das ciências sociais uma autêntica *carreira*, capaz de se mostrar estimulante e recompensadora para o profissional da área nas diversas fases em que se desdobra. Ora, creio ser bastante claro que é precisamente isso o que falta nas circunstâncias em que se desenvolve o trabalho no campo das ciências sociais no país e cujos efeitos a área específica da pós-graduação irá necessariamente sentir — e esta é a razão básica de que a atividade de nossos cientistas sociais se veja tão exposta às vicissitudes de seu contexto mais amplo, em particular o político.

Naturalmente, uma vez que se chegue a este ponto na tentativa de diagnóstico dos problemas de nossa pós-graduação, vê-se que não é o caso de dar demasiada ênfase ao contexto político como fator da crise virtual ou real que aí se aponta. Na verdade, o tipo particular de sensibilidade às flutuações do contexto que se vem destacando aparece antes como sintoma ou ex-

pressão de problemas que se dão em outros níveis, e creio que a questão crucial resulta ser o grau precário de institucionalização do campo das ciências sociais como campo de trabalho acadêmico. A existência de perspectiva estruturada de carreira para o profissional individual seria uma consequência ou um aspecto da estruturação acadêmica mais efetiva da área — e provavelmente as condições de inserção da área das ciências sociais no contexto mais especificamente acadêmico, isto é, no contexto da universidade brasileira como tal, seja uma consideração mais decisiva em termos causais do que as oscilações do contexto político, apesar de que este, obviamente, não deixe de exercer influência sobre aquele.

Nessa ótica, os problemas e dificuldades defrontados na pós-graduação não podem ser dissociados, por exemplo, dos problemas da graduação com os quais se abriu este texto. Nesta, que seria a base do sistema, vive-se a situação absurda da admissão anual de um grande número de estudantes cuja perspectiva de virem a transformar-se em efetivos profissionais da área é nula, e com relação aos quais a prática cotidiana instaurada em nossas faculdades de ciências sociais a título de ensino e treinamento corresponde à farsa descrita sucintamente acima. Ora, dificilmente se poderia esperar que a pós-graduação erigida sobre tal base viesse, a longo prazo e de maneira geral, a ter maior consistência e seriedade. Assim, não é de admirar que, ao nível de mestrado, mesmo nos programas considerados bons, os estudantes que chegam, uma vez admitidos, a concluir realmente os cursos, com elaboração e apresentação de tese, sejam uma minoria relativamente pequena. Na área de Ciência Política, por exemplo, a taxa histórica de conclusão fica em torno de 30 por cento. Isso significa, vista a questão pelo ângulo oposto, que se mantém há anos um sistema de mestrado em Ciência Política no qual nada menos de 70 por cento, aproximadamente, dos estudantes, que em sua maioria recebem bolsas de estudo, jamais concluem o programa — nem se capacitam realmente para o trabalho de pesquisa, se se toma a elaboração da tese como um teste aproximado de tal capacitação.

Segue-se todo um rol de traços mais ou menos negativos que é possível apontar: o fato de que cada vez menos se possa exigir, para admissão ao mestrado, o conheci-

mento adequado de qualquer língua estrangeira, sob pena de se excluir com isso mesmo os de melhor potencial e de na verdade inviabilizar os próprios programas, pelo número exíguo de estudantes que estes poderiam admitir; o fato de que a qualidade das teses de mestrado aceitas e aprovadas, num quadro em que a própria elaboração da tese já é excepcional, deixe com frequência (talvez com frequência crescente?) a desejar; o fato de que na Universidade de São Paulo — USP, por exemplo, mesmo as teses de doutorado, apesar do apego a certa ritualística de pesquisa, sejam com frequência muito deficientes teórica e metodologicamente, em alguns casos com total desconhecimento de qualquer bibliografia estrangeira — e transformando, por vezes, a experiência de participar de bancas examinadoras numa experiência constrangedora, dada a forte pressão no sentido de que tudo seja aprovado com nota máxima e “louvor”; o fato de que, mesmo no IUPERJ (onde em minha opinião tem estado, tudo somado, a vanguarda das atividades de pós-graduação em Ciência Política e Sociologia no país), o programa de doutorado, que se iniciou em 1980, não tenha, até o final de 1988, ensejado a conclusão senão de uma tese (embora, ao que parece, outras estejam por concluir-se proximamente) — o que seguramente indica, ainda que se venha a ter boas teses, clara tendência à falta de correspondência entre admissões ao programa e conclusões, tal como a que se apontava com respeito ao mestrado... Um resultado do quadro geral parece ser o de que a criação de um nível de ensino e atividade acadêmica superior (da graduação para o mestrado, deste para o doutorado) surge em boa medida, em muitos casos, como forma de se procurar prover pela redefinição institucional o *élan* e a renovada expectativa da criação de condições propícias ao dinamismo e à qualidade.

Algo que pode ser considerado como uma espécie de coroamento “apropriado” de tudo isso, e que acredito ter grande relevância do ponto de vista da precária institucionalização profissional do trabalho na área das ciências sociais e de suas deficiências como área capaz de prover motivação adequada uma vez alcançados níveis um pouco mais avançados na carreira, é o caráter em geral rarefeito, inconseqüente e, em suma, pouco profissional da comunicação e do debate entre os especialistas da área. Creio que esse aspecto se revela de

maneira bem clara no lado aparentemente mais bem sucedido das atividades da própria ANPOCS, isto é, o dos grupos de trabalho, onde um traço saliente parece ser o de certo artificialismo meio diletante não só na dinâmica do estabelecimento e da sobrevivência dos grupos, mas sobretudo na das discussões que se processam no interior deles. Pessoalmente, posso trazer, por exemplo, o depoimento de que, apesar de ter me dedicado por vezes com alguma aplicação e esforço a examinar criticamente, no interior de certos grupos da ANPOCS, o trabalho de meus colegas, *jamais* vi esse empenho crítico resultar em alguma forma de reexame e eventual reelaboração do material discutido — ainda que fosse para, diante da crítica, *manierem-se* as posições anteriores com argumentos novos. (O que por certo não quer dizer que não tenha tido, independentemente dos grupos de trabalho da ANPOCS e em circunstâncias que me parecem antes excepcionais na área das ciências sociais, a experiência de real e proveitosa colaboração com colegas.) Naturalmente, se a dinâmica da *comunicação e dos debates* é esta, não há razão para esperar que ela seja um fator de aprimoramento da qualidade das *publicações* na área de ciências sociais — com respeito às quais uma nova faceta do mesmo problema se mostra na inexistência de crítica acadêmica séria de obras publicadas. Tudo somado, não há como evitar a sensação de um jogo algo fútil e tendente ao solipsismo. Nem como estranhar que tantos de nossos cientistas sociais, e alguns dos melhores entre eles, tendo atingido a fase mais madura de suas carreiras (na qual, em condições normais, caberia talvez esperar deles o máximo) e diante da evidência dos limites quanto aos prospectos de institucionalização profissional que pareciam alvissareiros quando, anos atrás, se deu o salto inicial para a pós-graduação, se vejam a considerar a sério a alternativa de *deixarem* de ser cientistas sociais — ou a de continuarem a sê-lo fora do país.

Envolvido em tudo isso se encontra, naturalmente, um problema crucial que não foi até aqui senão mencionado passageiramente: o processo a que se viu submetida a universidade brasileira em geral em anos recentes, primeiro com a inchação sofrida no período autoritário, depois com as reivindicações de democratização da universidade e com o dinamismo adquirido pela

movimentação sindical dos docentes e as organizações correspondentes. Apesar dos aspectos positivos que se podem apontar em ambos os momentos desse processo, não há dúvida de que sua articulação (sobretudo associada a outros aspectos da política do regime autoritário relativamente ao ensino superior, que lhe atribuía baixa prioridade e escassos recursos) resulta numa grande crise da universidade brasileira que não pode deixar de imprimir sua marca *negativa também na área das ciências sociais*, inclusive na pós-graduação. Muito do clima de desmoralização inicialmente apontado no ensino ao nível de graduação tem certamente a ver com essa crise, e tampouco há dúvida de que vários dos indícios acima considerados da deterioração que ronda o ensino pós-graduado e ameaça comprometê-lo mais profundamente devem também ser ligados a ela.

Naturalmente, esta é uma das importantes dimensões por referência às quais caberia pretender distinguir diferentes “perfis” quanto aos centros e programas pós-graduados em ciências sociais, já que as instituições não vinculadas às universidades estarão menos sujeitas aos efeitos negativos decorrentes da crise, apesar de que o contexto geral de crise no ambiente acadêmico fatalmente se afetará também de algum modo. Como quer que seja, apesar de serem relativamente infensos a certas conseqüências negativas de crise, as instituições “autônomas” estão expostas a problemas que são a contrapartida disso e que adquirem especial relevância do ponto de vista de certos aspectos da dinâmica do contexto político mais amplo que se destacou anteriormente. Refiro-me à insegurança financeira que tende a caracterizá-las, tornando-as dependentes em parte de um processo sempre renovado de negociação de apoio financeiro de fundações e entidades governamentais, em parte de uma atividade de *pesquisa de tipo “caça-níquel”* orientada para o mercado e nem sempre de maior interesse substantivo ou acadêmico. Embora também aqui se possam apontar aspectos positivos na dinâmica que isso acarreta, por contraste com a tendência a certa acomodação na situação de garantias orçamentárias (pelo menos quanto a salários) própria das universidades, o que se observa é que os profissionais vinculados aos centros autônomos ou privados têm com grande frequência de *recorrer simultaneamente* a outros empregos de maneira a assegurar

uma complementação mais satisfatória dos salários e a estabilidade de pelo menos parte de seus rendimentos. A conexão mencionada dessa questão com problemas contextuais mais recentes é a de que as vicissitudes e altos e baixos da política econômica da Nova República agravaram intensamente a precariedade e insegurança da situação financeira para muitos dos especialistas ligados a tais centros, tornando, em vários casos, dramaticamente imperiosa a necessidade de buscar outras fontes de renda.

\* \* \*

Dou-me conta de que o "eixo" ou foco deste texto sofreu claro deslocamento: da ênfase inicial em certos aspectos do contexto político mais amplo e suas consequências sobre as atividades no campo da pós-graduação em ciências sociais, chega-se à noção de que a sensibilidade da área à dinâmica desse contexto é, em boa medida, antes a expressão ou o sintoma de deficiências importantes na institucionalização profissional e acadêmica da própria área de ciências sociais. Creio que tal deslocamento encerra um avanço no que se refere

ao diagnóstico dos problemas com que nos defrontamos como profissionais de ciências sociais envolvidos no ensino e na pesquisa ao nível pós-graduado. Do ponto de vista da ANPOCS, o diagnóstico em termos da precariedade da institucionalização oferece — se correto... — a vantagem de que se destacam aí problemas e dificuldades com respeito aos quais cabe esperar que ela conte com maiores possibilidades da ação. Para tomar apenas um exemplo dentre vários aspectos acima mencionados, seria impossível esperar da ANPOCS algum esforço mais ou menos sistemático de avaliação da qualidade dos trabalhos de tese realizados nos níveis de mestrado e doutorado e a divulgação dos resultados de tal avaliação, o que representaria provavelmente uma pressão positiva do ponto de vista do objetivo de assegurar certos padrões de excelência. Naturalmente, propostas dessa natureza defrontam a dificuldade de que a ANPOCS tenderá em alguma medida a estar ela própria exposta aos problemas da área, e a exprimi-los talvez de maneira perversa. Mas, se a motivação que entendo ser subjacente ao empenho de manter uma comissão de pós-graduação é legítima, esta é certamente uma dificuldade que cumpre enfrentar.